



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

020. PROVA OBJETIVA

COORDENADOR PEDAGÓGICO (CÓD. 020)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

É preciso construir um novo consenso, baseado na ideia de que deve ser possível fazer muito mais com os 5% do PIB que o Brasil já gasta em educação. Com a queda da natalidade, serão menos estudantes e será possível ter menos professores e pagar mais. A profissão docente precisa ser reformada, com melhores cursos de formação, carreiras associadas ao desempenho e facilitação do acesso ao ensino de pessoas com outros perfis. A educação infantil deve deixar de ser meramente assistencialista e ser tratada como etapa essencial de formação. A tolerância com o analfabetismo funcional deve acabar, com o uso de métodos comprovados de alfabetização e o acompanhamento de resultados. O segundo ciclo do ensino fundamental precisa ser repensado, e a reforma do ensino médio precisa ser efetivamente implementada, inclusive pela ampliação e pelo fortalecimento da educação técnica. O formato do ensino superior precisa ser revisto, criando mais alternativas de formação em diferentes níveis, e a pós-graduação e a pesquisa precisam se tornar menos acadêmicas e mais vinculadas às necessidades do País. E, em todos os níveis, os papéis do setor público e do privado precisam ser revistos, para que se tornem complementares e livres dos predomínios simétricos do corporativismo e do mercantilismo.

(Simon Schwartzman, "Por um novo consenso na Educação". *Estadão*. <https://opinio.estado.com.br>, 14.06.2019)

01. As informações do texto permitem concluir que

- (A) melhor investimento dos 5% do PIB pode impulsionar a qualidade da educação.
- (B) educação de qualidade exige que se invista menos que 5% do PIB.
- (C) investimentos em educação devem ser paulatinos para que haja bons resultados.
- (D) a qualidade da educação implica manter o predomínio simétrico do corporativismo e do mercantilismo.
- (E) gastos excessivos com educação podem, muito em breve, parar o progresso do país.

02. As considerações do autor do texto devem ser entendidas como

- (A) uma proposta para a Educação nacional, tendo em vista a perspectiva de uma nova realidade social nos próximos anos.
- (B) um redesenho da Educação com o qual se destinará mais verba para a área com a eliminação de cargos docentes excedentes.
- (C) uma expectativa quanto à entrada de professores com novos perfis na Educação, o que permitirá que esta possa melhorar.
- (D) uma orientação com o que possa ser feito com mais 5% do PIB que será destinado à Educação Nacional nos próximos anos.
- (E) um caminho para que a Educação seja realmente transformada, sendo gerida exclusivamente pelo setor público.

03. Atendendo-se à norma-padrão, expressa-se o sentido da passagem "Com a queda da natalidade, serão menos estudantes e será possível ter menos professores e pagar mais." por meio da seguinte reescrita:

- (A) Como nascerá menos crianças, terá menos estudantes e, assim, haverá possibilidade de ter menos professores, mas com melhores salários.
- (B) Haverá menos estudantes, devido à queda da natalidade, o que tornará possível haver menos professores, os quais terão melhores salários.
- (C) Serão menos estudantes, por causa da queda da natalidade, assim é possível que hajam menos professores ganhando mais.
- (D) A queda da natalidade implica de que haverá menos estudantes, conquanto haja também menos professores com salários mais altos.
- (E) Existe a possibilidade de haverem menos professores, ganhando mais, pois existirá menos estudantes, devido a queda da natalidade.

04. Observe as frases:

- É preciso construir um novo **consenso**...
- A educação infantil deve deixar de ser **meramente** assistencialista...
- ... a reforma do ensino médio precisa ser **efetivamente** implementada...

São sinônimos dos termos destacados, respectivamente:

- (A) anuência; genuinamente; eventualmente.
- (B) discrepância; legitimamente; certamente.
- (C) rejeição; excepcionalmente; rapidamente.
- (D) raciocínio; eventualmente; indubitavelmente.
- (E) concordância; simplesmente; realmente.



(Politicopatas. Folha de S.Paulo, 11.04.2019)

05. Na última fala do quadrinho, a pergunta da criança expressa

- (A) aceitação do pensamento dos adultos, que defendem o aquecimento global.
- (B) medo de os adultos estarem muito preocupados com o aquecimento global.
- (C) descaso pela questão do aquecimento global, tão debatido pelos adultos.
- (D) dúvida em relação às ações dos adultos no combate ao aquecimento global.
- (E) defesa do combate ao aquecimento global, como o fazem os adultos.

06. No quadrinho, o termo “acordar” está empregado em sentido

- (A) figurado, equivalendo a “alertar-se”.
- (B) próprio, equivalendo a “conscientizar-se”.
- (C) figurado, equivalendo a “consentir”.
- (D) próprio, equivalendo a “concordar”.
- (E) figurado, equivalendo a “acatar”.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 09.

Uma comparação que ajuda a entender o ponto de vista de quem critica a meritocracia como sistema de seleção e também por que ela tem relação com a desigualdade é que o mercado de trabalho funciona como uma competição para a qual o participante começa a se preparar desde a infância. As pessoas acumulam capital humano, termo usado por economistas para denominar o conjunto de capacidades, competências e atributos de personalidade que favorecem a produção de trabalho. Para isso, contam com três recursos: os privados, os públicos e seus próprios talentos – daí a importância da educação. Como os recursos públicos e, principalmente, os privados não são os mesmos para todos, ao observar somente o final da corrida, vê-se que o sistema privilegia poucos.

(Marília Marasciulo, “Como a meritocracia contribui para a desigualdade”. *Galileu*. <https://revistagalileu.globo.com>. Adaptado)

07. De acordo com o texto, a meritocracia tem relação com a desigualdade porque

- (A) o mercado de trabalho se tornou exigente, ainda que capacidades, competências e atributos de personalidade sejam pouco fomentados na infância.
- (B) o desenvolvimento de capacidades, competências e atributos de personalidade estão intrinsecamente ligados à educação, que não é igual para todos.
- (C) a distribuição dos recursos não é equânime na sociedade, de tal forma que o acúmulo de capital humano ocorre de forma distinta entre os indivíduos.
- (D) a distribuição de recursos públicos e privados ocorre de forma diferenciada, o que leva os menos favorecidos a se esforçarem mais desde a infância.
- (E) o sistema social funciona para privilegiar poucos, embora todos os cidadãos estejam expostos aos mesmos tipos de recursos desde a infância.

08. Na passagem “Para **isso**, contam com três recursos...”, o pronome em destaque retoma a seguinte informação:

- (A) acumular capital humano.
- (B) preparar-se desde a infância.
- (C) competir no mercado de trabalho.
- (D) comparar a meritocracia.
- (E) favorecer a produção de trabalho.

09. Em conformidade com a norma-padrão e o sentido do texto, a passagem final “Como os recursos públicos e, principalmente, os privados não são os mesmos para todos, ao observar somente o final da corrida, vê-se que o sistema privilegia poucos.” está adequadamente reescrita em:

- (A) Apesar de os recursos públicos e, principalmente, os privados não serem os mesmos para todos, quando observa-se somente o final da corrida, vê-se que o sistema privilegia poucos.
- (B) Quando se observa somente o final da corrida, vê-se que o sistema privilegia poucos porque os recursos públicos e, principalmente, os privados não são os mesmos para todos.
- (C) Caso se observe somente o final da corrida, se vê que o sistema privilegia poucos, mas os recursos públicos e, principalmente, os privados não são os mesmos para todos.
- (D) Conforme se observa somente o final da corrida, se vê que o sistema privilegia poucos, portanto os recursos públicos e, principalmente, os privados não são os mesmos para todos.
- (E) Já que os recursos públicos e, principalmente, os privados não são os mesmos para todos, quando somente observa-se o final da corrida, vê-se que o sistema privilegia poucos.

10. Em certos setores, a qualidade se impõe _____ quantidade, com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir os custos. Nesse sentido, os indivíduos com maior nível de escolaridade encontram maior facilidade para conseguir e manter seu emprego. Não _____ toa, a Região Sudeste foi _____ que mais teve contratações de janeiro _____ abril, exatamente porque ela possui mão de obra mais qualificada e economia mais desenvolvida quando comparada _____ outras regiões do país.

(Lucas Cunha, “Onde estão os empregos”. *Veja*, 19.06.2019. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... à ... à ... as
- (B) à ... à ... a ... a ... à
- (C) à ... a ... à ... à ... à
- (D) à ... à ... a ... a ... às
- (E) a ... à ... à ... a ... a

11. No Brasil, em tempos e contextos históricos particulares, várias tendências pedagógicas influenciaram as práticas pedagógicas e buscaram atender às expectativas da sociedade, seja das classes dominantes ou dos trabalhadores. Entre essas tendências, está a tendência histórico-crítica, segundo a qual o aluno precisa

- (A) acumular passivamente o conteúdo, inserido-se em um mundo que irá conhecer pelo repasse de informações.
- (B) adequar-se à sociedade em que vive, assumindo os papéis estabelecidos para si e contribuindo para o bem-estar de todos.
- (C) ter o domínio dos conhecimentos, das habilidades e capacidades para interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classe.
- (D) receber mecanicamente o conteúdo repassado pela escola, resultando daí o engajamento político do homem na luta por sua libertação.
- (E) reproduzir fielmente o que foi transmitido pelos professores em sala de aula, copiando bem as informações.

12. O processo educativo precisa ser um espaço para o exercício da democracia. E, para que isso se concretize, faz-se necessária uma nova forma de conceber a gestão da educação: a gestão democrática. Como elementos constitutivos dessa forma de gestão, podem ser apontados(as):

- (A) a participação, a autonomia, a transparência e a pluralidade.
- (B) a colaboração, a eficiência, o profissionalismo e a autonomia.
- (C) a delegação de tarefas, a transparência, o profissionalismo e a diversidade.
- (D) a hierarquização da autoridade, a cooperação, a participação e a pluralidade.
- (E) o diálogo, a participação, a liberdade de expressão e a hierarquização da autoridade.

13. Por ser um instrumento de intervenção na prática educacional que se realiza na unidade escolar, o Projeto Pedagógico (PP) configura-se como uma forma de planejamento. Como um planejamento histórico e contextualizado de todas as ações da escola, o PP envolve as seguintes etapas: elaboração, acompanhamento e avaliação. Com relação a essas etapas, é correto afirmar que
- (A) a avaliação, como parâmetro para análise, precisa visar ao estabelecimento de metas para melhorar a classificação da escola em rankings nacionais e internacionais de educação.
- (B) o acompanhamento implica uma investigação criteriosa e objetiva para apontar e penalizar exemplarmente os responsáveis pelo eventual fracasso do PP.
- (C) a elaboração tem por finalidade principal cumprir uma exigência formal, isto é, atender a uma formalidade determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- (D) o acompanhamento permite à escola encontrar problemas que estejam atrapalhando a execução do PP, sem levar à alteração dele, pois, depois de elaborado, não deve sofrer mudanças.
- (E) a avaliação tem uma função diagnóstica, oferecendo informações fundamentais para a tomada de decisão, tanto na elaboração quanto durante todo o acompanhamento do PP.
14. Conforme a Lei Federal nº 9.394/1996, art. 26, os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum. A inclusão nessa base de novos componentes curriculares de caráter obrigatório dependerá de aprovação
- (A) das Secretarias Municipais de Educação.
- (B) do Conselho Nacional de Educação.
- (C) dos Estabelecimentos de Ensino.
- (D) da Diretoria de Ensino Regional.
- (E) das Secretarias Estaduais de Educação.
15. Os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de _____ e de _____ e _____ brasileiras.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a Lei Federal nº 9.394/1996, art. 26A, § 2º.
- (A) literatura ... geografia ... história
- (B) geografia ... língua portuguesa ... história
- (C) educação artística ... literatura ... história
- (D) história ... educação artística ... geografia
- (E) literatura ... educação artística ... educação física
16. Conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Campinas, art. 230, § 5º, o Conselho das Escolas Municipais e os conselhos de escola terão por princípio, entre outros,
- (A) desenvolver o processo educativo que promova o aprofundamento da convivência democrática e o preparo do indivíduo para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos.
- (B) incentivar a pesquisa científica e tecnológica, visando à formação de alunos pesquisadores e à integração da sociedade com os organismos de pesquisa internacionais.
- (C) participar de entidades civis e político-partidárias que congreguem pais de alunos, alunos, professores e outros funcionários da escola com o objetivo de construir um país com igualdade de oportunidades para todos.
- (D) incentivar a consciência crítica e a reflexão, no sentido de transformar em agentes transmissores de informação as pessoas que participam do processo educativo e do desenvolvimento sustentável da nação.
- (E) representar as aspirações da comunidade, dos pais de alunos, dos alunos, professores e demais trabalhadores em educação, promovendo a integração escola-família-Estado.
17. Segundo o Ministério da Saúde, o assédio moral é toda e qualquer conduta abusiva que atente contra a integridade psíquica ou física de uma pessoa. De acordo com o *Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas*, o assédio moral pode ser classificado como vertical, horizontal e ascendente. Nesse contexto, examine as informações que seguem:
- | | |
|------------|---|
| Vertical | A. Praticado entre colegas de serviço de mesmo nível hierárquico. |
| Horizontal | B. Praticado pelo servidor hierarquicamente superior (chefe) para com os seus subordinados. |
| Ascendente | C. Praticado pelo subordinado que possui os conhecimentos práticos inerentes ao processo produtivo sobre o chefe. |
- Assinale a alternativa que associa corretamente o tipo de assédio à sua característica correspondente.
- (A) 1B; 2A; 3C.
- (B) 1A; 2B; 3C.
- (C) 1C; 2B; 3A.
- (D) 1B; 2C; 3A.
- (E) 1C; 2A; 3B.

- 18.** De acordo com a Lei nº 1.399/55, a pena de demissão ao servidor será aplicada nos casos de
- (A) ofensa verbal em serviço contra outro funcionário ou particular, ainda que em legítima defesa.
 - (B) abandono de cargo, caracterizado pela ausência em serviço, sem justa causa, por mais de vinte dias consecutivos.
 - (C) faltas durante o ano, sem causa justificada, por trinta dias interpoladamente.
 - (D) lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio municipal.
 - (E) entradas atrasadas ou saídas antecipadas em número superior a 15% do total de entradas ou saídas no ano.
- 19.** A avaliação probatória é o instrumento legal pelo qual serão avaliadas a aptidão demonstrada no trabalho pelo servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em cumprimento de estágio probatório. Conforme o Decreto Municipal nº 15.514/2006, art. 6º, será suspenso o cômputo do estágio probatório no caso de
- (A) insubordinação à chefia imediata.
 - (B) uso inadequado dos recursos públicos.
 - (C) atrasos ou saídas injustificados.
 - (D) pedido de alteração da unidade de lotação.
 - (E) exercício de funções estranhas ao cargo.
- 20.** Nos termos do Decreto Municipal nº 15.514/2006, art. 3º, a avaliação probatória será realizada semestralmente, durante os primeiros trinta e seis meses de efetivo exercício do servidor estagiário, observando-se, entre outros, o seguinte procedimento:
- (A) o servidor enviará, mensalmente, avaliação própria com base no instrumento de avaliação publicado.
 - (B) o servidor estagiário deverá alcançar aproveitamento médio de 50% do total de pontos em análise.
 - (C) a comissão permanente de avaliação de estágio probatório poderá recomendar, a qualquer tempo, a exoneração do servidor que não apresente resultados satisfatórios.
 - (D) o servidor avaliado deve ter ciência mensal das conclusões de todas as suas avaliações e do julgamento da Comissão Permanente de Avaliação.
 - (E) a avaliação probatória será submetida, posteriormente, a julgamento da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, especialmente constituída para essa finalidade.
- 21.** A Progressão Horizontal é a passagem de um grau para outro imediatamente superior, dentro do mesmo nível, mediante classificação no processo de Avaliação de Desempenho. Conforme a Lei Municipal nº 12.987/2007, art. 37, está habilitado à Progressão Horizontal o servidor que tiver
- (A) sido afastado por doença ocupacional, mesmo que o período seja superior a seis meses ininterruptos.
 - (B) sofrido pena disciplinar de suspensão ou superior, nos últimos três anos.
 - (C) sido beneficiado pela Progressão Vertical no exercício.
 - (D) conseguido afastamento, desde que inferior a noventa dias, para tratar de problemas pessoais.
 - (E) obtido desempenho superior à média do Grupo, consideradas as três últimas Avaliações de Desempenho.
- 22.** Conforme a Portaria SME nº 69/2018 (Regimento Escolar Comum da Rede Municipal de Ensino de Campinas), art. 46, é uma das atribuições dos docentes, além das previstas na legislação vigente,
- (A) divulgar à comunidade os períodos de matrícula, de revisão dos resultados finais de avaliação dos alunos e dos demais atos escolares.
 - (B) conhecer o acervo da biblioteca escolar, a fim de desenvolver ações e projetos de incentivo à leitura e à pesquisa.
 - (C) garantir a lisura e a transparência na utilização dos recursos repassados à UE, bem como daqueles por ela diretamente arrecadados.
 - (D) servir e acompanhar as refeições dos alunos com gentileza e presteza, observando os cuidados com a higiene e com a saúde.
 - (E) responsabilizar-se com a SME pelo cumprimento das orientações técnicas da vigilância sanitária e epidemiológica.
- 23.** Na Educação Infantil, segundo a Portaria SME nº 69/2018, art. 81, a proposta pedagógica tem como objetivo, entre outros, garantir à criança
- (A) o acesso a processos de elaboração, apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens por meio da experientiação de diferentes linguagens e de novas tecnologias.
 - (B) a formação moral e cívica necessária para sua adequação à sociedade, considerando-se a importância de lhe impor limites e moldá-la conforme padrões de convivência desejados.
 - (C) a educação em sua integralidade, entendendo o brincar e o cuidar como atividades dissociadas do processo educativo, mas importantes para o desenvolvimento.
 - (D) a igualdade de oportunidades educacionais e de acesso a informações nos diferentes meios de comunicação, como ambientes presenciais ou plataformas digitais de ensino e aprendizagem.
 - (E) o direito à proteção, à liberdade, ao transporte, à convivência e à interação com outras crianças de mesma origem social e étnica, evitando-se conflitos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24. A senhora Virgulinna foi aprovada em um concurso público para Coordenador Pedagógico em Campinas. Ela foi convocada a assumir o cargo e a fazer parte do quadro do magistério no grupo de especialistas da educação. Segundo a Lei nº 12.987/2007, é atribuição sumária do Coordenador Pedagógico, entre outras,
- (A) executar atividades de planejamento, elaboração, implementação e avaliação da Proposta Pedagógica e do Plano Escolar nas unidades municipais.
 - (B) atuar em disciplinas específicas dos anos finais do Ensino Fundamental regular e da educação de jovens e adultos em substituição de docentes.
 - (C) desenvolver estudos, propor, coordenar, implementar, controlar e avaliar medidas que visem à melhoria do processo educacional da Secretaria Municipal de Educação.
 - (D) orientar e coordenar, junto aos outros membros da equipe gestora, a elaboração e a implementação da Proposta Pedagógica da unidade educacional.
 - (E) proceder a orientação, acompanhamento e avaliação dos processos educacionais implementados nos diferentes níveis e modalidades desse sistema.
25. Conforme a Lei nº 12.501/2006, art. 5º, entre outras, é finalidade do Sistema Municipal de Ensino
- (A) oferecer educação infantil, nas Unidades Educacionais de Educação Infantil, às crianças de 3 meses até 6 anos de idade.
 - (B) assegurar atendimento educacional gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente em centros de atendimento especializado.
 - (C) limitar a circulação e o pluralismo de ideias e de concepções filosóficas vinculadas à educação escolar, ao trabalho e às práticas sociais.
 - (D) viabilizar projetos e programas especiais para crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.
 - (E) oferecer o ensino médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
26. A busca por novas estruturas organizativas para o trabalho pedagógico tem levado à construção de um currículo mais adequado ao curso de EJA. Algumas temáticas em pauta nessa busca dizem respeito às noções de trabalho e de currículo integrado. Conforme o documento *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação* (2013), o currículo integrado
- (A) acarreta a segmentação entre os diversos componentes curriculares, pois a escola deve se organizar de modo a problematizar e explicar o mundo físico, social e cultural separadamente.
 - (B) propõe ações educativas que traduzem a globalidade e a interdisciplinaridade que são inerentes ao conhecimento, buscando unidade de abordagem e de ação pedagógica entre os diversos componentes curriculares.
 - (C) prioriza a diferenciação historicamente propalada entre saber popular e saber científico, entre saber prático e específico (do fazer, do trabalho) e saber teórico e geral (elaborado em linguagens da matemática, da escrita, das ciências diversas).
 - (D) parte do trabalho especializado de cada professor, objetivando ensinar os conteúdos científicos de cada área do conhecimento para, em seguida, compor um projeto articulado de toda a escola.
 - (E) prevê uma inflexibilidade no cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, a fim de preparar os alunos para as provas de certificação.
27. As *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo Contínuo de Reflexão e Ação* (2012) e as *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos – anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação* (2010) apresentam distinções e semelhanças entre duas propostas de organização do ensino: a progressão continuada e a organização por ciclos. Quanto ao que têm em comum, de acordo com os referidos documentos, ambas as propostas
- (A) compreendem períodos de escolarização que ultrapassam as séries anuais, organizados em blocos que variam de dois a cinco anos de duração.
 - (B) reforçam a ideologia do mérito individual, não questionando de forma mais contundente as razões que provocam desigualdade no acesso ao conhecimento.
 - (C) apresentam um rearranjo tímido, no qual medidas de inclusão das crianças por mais tempo na escola seriam tomadas sem que as estruturas excludentes fossem de fato alteradas.
 - (D) alteram os tempos e os espaços escolares de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola.
 - (E) são um avanço em relação aos discursos e práticas que sempre legitimaram a exclusão escolar das crianças mais pobres por meio da reprovação a cada final de ano.

28. Ao dispor sobre a criação, a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, a Lei nº 8.869, de 1996, do Município de Campinas, estabeleceu que o Conselho Municipal de Educação tem, entre outras, a seguinte comissão permanente:
- (A) Comissão de Educação Básica.
 (B) Comissão de Ensino Superior.
 (C) Comissão de Educação de Jovens e Adultos.
 (D) Comissão de Ensino Médio.
 (E) Comissão de Educação Infantil.
29. O psicólogo russo Lev Vygotsky é referência teórica presente nas diretrizes curriculares da Prefeitura de Campinas para a educação básica. Uma das características distintivas do pensamento de Vygotsky é o destaque
- (A) ao caráter social daquilo que ele denominou funções psicológicas superiores.
 (B) à determinação hereditária do desenvolvimento humano.
 (C) à especificidade biológica da zona de desenvolvimento proximal.
 (D) aos processos de assimilação, acomodação e equi-libração.
 (E) à disjunção entre o pensamento e a linguagem.
30. As *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação* (2013) afirmam que, ao longo das últimas décadas, a rede municipal de ensino de Campinas vem buscando efetivar condições de acesso e permanência do público de EJA na escola. Um grande desafio é quantificar, localizar, qualificar e desenvolver estratégias que incentivem os jovens e adultos a retomarem seus estudos. Nesse sentido, considerar as mudanças que vêm ocorrendo no alunado de EJA é uma das condições para se acertar em políticas que promovam essa permanência. Em relação às mudanças apresentadas pelo documento quanto ao município de Campinas, é correto afirmar que
- (A) o atendimento a alunos com deficiência, desde 2009, é exigência voltada apenas à oferta de ensino fundamental regular.
 (B) devido à crescente diversificação do público de EJA, o planejamento do ensino deve levar em conta o que há em comum entre os grupos, e não as especificidades de cada faixa etária.
 (C) tem havido aumento da presença de adolescentes nos cursos de EJA.
 (D) o fenômeno da juvenização dos cursos de EJA não se confirma no município.
 (E) o público jovem, por estar mais familiarizado à educação escolar, apresenta quantitativamente baixa tendência à evasão.
31. A Resolução SME nº 05/2008 do Município de Campinas estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação. Segundo o art. 5º da referida resolução, o número de docentes remunerados por meio de horas-projeto, de cada Escola Municipal de Ensino Fundamental, não poderá exceder a um docente para cada período de funcionamento da Unidade Educacional, acrescido de
- (A) um docente para o grupo de 01 até 200 alunos; ou dois docentes para o grupo de 01 até 400 alunos, ou três docentes para o grupo de 01 a 600 alunos, e assim sucessivamente.
 (B) um docente para o grupo de 01 até 500 alunos; ou dois docentes para o grupo de 01 até 1000 alunos, ou três docentes para o grupo de 01 a 1500 alunos, e assim sucessivamente.
 (C) um docente para o grupo de 01 até 300 alunos; ou dois docentes para o grupo de 01 até 600 alunos, ou três docentes para o grupo de 01 a 900 alunos, e assim sucessivamente.
 (D) um docente para o grupo de 01 até 400 alunos; ou dois docentes para o grupo de 01 até 800 alunos, ou três docentes para o grupo de 01 a 1200 alunos, e assim sucessivamente.
 (E) um docente para o grupo de 01 até 100 alunos; ou dois docentes para o grupo de 01 até 200 alunos, ou três docentes para o grupo de 01 a 300 alunos, e assim sucessivamente.
32. Nas *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo Contínuo de Reflexão e Ação* (2012), é exemplificada uma situação em que alunos manuseiam um livro da biblioteca de sala composto somente por imagens. Ao compartilharem o livro, as crianças dialogam:
- “Criança 1:** Olha esse livro não tem nada! Não dá pra ler!
Criança 2: Você pode ler sim... Através das imagens.
Criança 3: E você pode inventar sua história. Fica assim. Ele [apontando para o menino da história] acha um presente e fica pensando: O que tem?
Criança 2: O menino abriu o presente. Ele correu. Caiu. machucou a boca.
Criança 3: Não, é assim: o menino abriu o presente, foi andar de patinete e caiu, foi parar longe.
Criança 1: Olha tem o E [apontando para uma placa que fazia parte da ilustração do livro]”.
- (*Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo Contínuo de Reflexão e Ação*, 2012, p. 71. Adaptado)
- A partir da leitura da conversa entre as crianças e do referido documento, é correto afirmar que o processo de conhecimento
- (A) depende exclusivamente da consciência do sujeito individual.
 (B) é um movimento biológico, isto é, particular de cada aluno.
 (C) é uma capacidade inata dos sujeitos.
 (D) se dá na interação efetiva do sujeito com o mundo.
 (E) ocorre na relação professor-aluno, não entre os pares.

33. As *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo Contínuo de Reflexão e Ação* (2012) e *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos – anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação* (2010) apresentam uma importante discussão sobre as questões étnico-raciais e de gênero. Nelas, discute-se que o preconceito e a desigualdade social persistem para além da escola, de modo que as alunas e os alunos convivem constantemente com essas assimetrias em suas vidas. À luz dos referidos documentos, pode-se dizer que
- (A) as disputas sociais cotidianas não podem ser ignoradas, porém não devem influir no regular andamento das aulas.
 - (B) é equivocado pensar a escola e as pessoas que nela se inserem como isentas das configurações culturais.
 - (C) embora a escola seja, sobretudo, um espaço de encontro de crianças, jovens e adultos, ela não é um espaço propício para a promoção coletiva de valor.
 - (D) o sucesso escolar dos alunos será possível quando os atores sociais se tornarem neutros.
 - (E) a possibilidade de implantação da cultura da paz aumenta caso as pessoas inseridas no contexto escolar deixem os conflitos sociais para fora dos muros da escola.
34. O Decreto nº 14.524, de 14 de novembro de 2003, do Município de Campinas, dispõe sobre os critérios e normas para o repasse de recursos financeiros às unidades educacionais públicas municipais, estabelecendo que as Unidades Educacionais somente serão beneficiadas com o repasse de recursos financeiros se dispuserem de Unidades Executoras próprias. Com base no mencionado decreto, assinale a alternativa que contém uma entidade que pode ser classificada como Unidade Executora própria.
- (A) Contadoria.
 - (B) Departamento de compras.
 - (C) Controladoria.
 - (D) Departamento de licitações.
 - (E) Associação de Amigos da Escola.
35. A Lei nº 6.894, de 1991, do Município de Campinas, dispõe sobre o estatuto do magistério público e dá providências correlatas. Conforme a mencionada lei, o docente poderá participar de projetos compatíveis com a atividade docente desde que constante do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, e em consonância com as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação,
- (A) até o máximo 09 (nove) horas semanais, não podendo, incluindo a sua jornada, ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas semanais.
 - (B) até o máximo 07 (sete) horas semanais, não podendo, incluindo a sua jornada, ultrapassar 42 (quarenta e duas) horas semanais.
 - (C) até o máximo 05 (cinco) horas semanais, não podendo, incluindo a sua jornada, ultrapassar 42 (quarenta e duas) horas semanais.
 - (D) até o máximo 07 (sete) horas semanais, não podendo, incluindo a sua jornada, ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas semanais.
 - (E) até o máximo 09 (nove) horas semanais, não podendo, incluindo a sua jornada, ultrapassar 42 (quarenta e duas) horas semanais.
36. A Secretaria Municipal de Educação de Campinas promove, desde 2001, ações que visam a contribuir para a superação de práticas racistas e preconceituosas no trabalho pedagógico das unidades educacionais. Entre essas ações, destaca-se a organização do Grupo de Trabalho “Memória e Identidade: Resgatando a Cultura Negra na SME/FUMEC”, cujo objetivo é resgatar a produção cultural do negro e incluir o tema das relações étnicas e raciais nos projetos pedagógicos e nas práticas escolares.
- Sobre esse tema, assinale a alternativa que apresenta uma ideia condizente com as *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo Contínuo de Reflexão e Ação* (2012) e *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos – anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação* (2010).
- (A) As políticas afirmativas criaram problemas de cunho étnico-racial, levando para o contexto escolar a discriminação e o preconceito entre as próprias crianças.
 - (B) A temática étnico-racial tem transferido o foco etnocêntrico do currículo, marcadamente eurocêntrico, para um olhar africano e indígena, acabando por restringir a visão e a compressão das crianças, dos jovens e dos adultos.
 - (C) Os alunos ainda convivem com práticas pedagógicas em que são obrigados a negar a si mesmos e ao grupo étnico/racial a que pertencem, adotando costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos.
 - (D) O processo de racialização gera o fenômeno denominado “coitadismo”, na medida em que as pessoas continuam apegadas a momentos históricos já ultrapassados, dificultando a sua superação.
 - (E) A discussão dos temas étnico-raciais promove uma falsa desigualdade entre as pessoas, instituindo estereótipos depreciativos e equivocados, uma vez que todos são seres humanos com direitos e deveres iguais.

37. Fala-se atualmente na utilização de instrumentos e linguagens que fazem parte da geração de alunos que hoje frequenta as escolas. A integração das novas mídias e tecnologias às atividades curriculares deve compor o processo de ensino-aprendizagem, cabendo à escola abarcar esse ambiente digital. Conforme as *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo Contínuo de Reflexão e Ação* (2012) e *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos – anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação* (2010), uma das vantagens de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em atividades curriculares e escolares é
- (A) valorizar recursos anacrônicos.
- (B) concentrar os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) nas grandes metrópoles.
- (C) abreviar a dupla jornada cumprida pela maioria dos professores.
- (D) permitir um amplo espaço de aprendizagem, aproveitando que hoje o acesso doméstico a diferentes formas de tecnologia já foi universalizado.
- (E) integrar o local com o global.
38. Nas *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação* (2013), defende-se que é de suma importância que todos os profissionais de Educação Infantil tenham formação específica nessa área, isto é, a graduação em Pedagogia. Contudo, essa não é uma realidade plena, já que na Educação Infantil ainda atuam profissionais que não possuem essa formação inicial. De acordo com as mencionadas *Diretrizes*, a formação, compreendida como qualificação dos profissionais que trabalham com crianças,
- (A) cria espaço e tempo necessários para estudo e reflexão, construindo uma rede de significados que auxilia o trabalho de checagem, por parte da gestão escolar, quanto ao comprometimento do trabalho dos professores.
- (B) é um dos fatores que mais influenciam na qualidade do trabalho das Unidades Educacionais de Educação Infantil.
- (C) tem como referências o estudo da teoria e a transmissão de práticas tradicionalmente já consagradas no interior da escola, sendo seu objetivo a busca da qualidade da educação dos bebês e das crianças pequenas.
- (D) demanda a articulação de um plano educacional comum nacional, com vistas a unificar as propostas curriculares dos municípios.
- (E) deve estar ligada ao desenvolvimento de um currículo a fim de subsidiar os avanços da prática pedagógica, considerando-a como único objeto de estudo.
39. O currículo na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campinas é constituído na relação que se dá, no âmbito educativo, entre as crianças, suas famílias e as equipes educacionais, considerando todos os sujeitos socioculturais que produzem culturas. Nas *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação* (2013, p. 13), lê-se: “eleger o aspecto cultural como princípio, meio e fim desta proposta de Currículo que estamos construindo, nos remete diretamente à ampliação e extensão deste conceito, entendendo-o agora como o processo responsável pela Humanização”. De acordo com o referido documento, compreende-se por Humanização
- (A) a constituição de uma equipe multiprofissional capaz de compreender o processo de ensino-aprendizagem tanto de modo individual quanto holisticamente.
- (B) a utilização racional e eficiente de todo o aparato tecnológico criado pela humanidade ao longo das últimas décadas.
- (C) a apropriação da intenção, advinda da saúde pública, de tornar os corpos dóceis, benévolos e afáveis.
- (D) os investimentos desencadeados pela vida em sociedade, os quais possibilitam a produção cultural em todas as esferas das vivências e experiências humanas.
- (E) a radicalização do uso técnico das competências pedagógicas no cotidiano das escolas, valorizando a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério.
40. A Lei nº 7.145, de 1992, do Município de Campinas, dispõe que o Conselho das Escolas Municipais é um órgão consultivo, deliberativo e normativo do processo educativo que acontece na Rede Municipal de Ensino. Nos termos dessa lei, assinale a alternativa que apresenta um objetivo do Conselho das Escolas Municipais.
- (A) Ser a base de democratização da gestão do sistema municipal de ensino, com a participação ativa do município, como sujeito do processo educacional.
- (B) Criar condições para que a cultura popular esteja presente no processo educativo.
- (C) Integrar todos os segmentos da unidade na discussão pedagógica e metodológica.
- (D) Garantir a democracia plena na gestão financeira da unidade, naquilo em que ela tem autonomia em relação à receita e às despesas.
- (E) Propiciar a mais ampla participação da comunidade no processo educacional da unidade, reconhecendo o seu direito e o seu dever quanto a isso.

41. Fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Faculdade de Educação da UNICAMP, o documento *A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: a Rede Municipal de Campinas como espaço de aprendizagem* (2009), organizado por Mara Regina Lemes de Sordi e Eliana da Silva Souza, apresenta uma ampla discussão sobre a avaliação institucional como uma ferramenta para a melhoria da qualidade da educação pública municipal. O texto afirma que, anualmente, são gastos milhões de reais para gerar dados de avaliação sobre as instituições escolares, sobre os seus alunos e professores. A respeito de como fazer para que os dados sejam utilizados pelas escolas, há várias opiniões e metodologias sugeridas. Sobre a noção de qualidade, assinale a alternativa que traz uma concepção defendida pelas autoras no mencionado documento.
- (A) A comunidade local, os educadores e os alunos compõem a comunidade escolar, mas, em se tratando de qualidade, o melhor é que as decisões sejam tomadas de forma hierarquizada e centralizada.
- (B) Para que a melhoria educacional ocorra, faz-se necessário o investimento financeiro na escola, porque ela está sujeita às leis do mercado, e a comunidade precisa agir como um parceiro passivo.
- (C) Os profissionais da escola tornar-se-ão pessoas mais dispostas à medida que suas remunerações aumentem e o princípio regulador da escola seja efetivado pelos gestores, controlando seus subordinados.
- (D) Para que a escola seja continuamente melhorada com a ação destacada daqueles que a fazem em seu dia a dia, é importante negociar as condições e os patamares de qualidade.
- (E) A produção de dados avaliativos é de suma importância e, por isso, o ideal é que a comunidade escolar seja formalmente obrigada a utilizá-los, inclusive por meio de incentivos financeiros associados ao seu uso.
42. O *Plano de Avaliação Institucional Participativa para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campinas* é resultado de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, por meio de seu Departamento Pedagógico, e tem como objetivo estabelecer parâmetros básicos para a implantação da política de Avaliação Institucional nas unidades públicas de Educação Infantil, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino. Conforme o Plano, cada unidade educacional deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujos membros sejam capazes de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento do processo avaliativo. De acordo com o referido documento, as crianças participam do processo de avaliação, e, em seguida, a CPA,
- (A) através de documentação pedagógica definida pelos membros da própria comissão, terá a responsabilidade de buscar compreender os significados das atividades e dos processos vivenciados pelas crianças para alcançar condições de elaborar propostas para melhorar a qualidade educativa, traçando metas e indicadores de acompanhamento que julgue necessários.
- (B) por meio de atividades diversificadas preparadas pela equipe de educadores e aprovadas pelo supervisor de ensino, analisará a documentação a fim de entender os sentidos do processo pedagógico, objetivando bonificar os trabalhos docentes em caráter de excelência.
- (C) pelo uso de registros audiovisuais realizados pelos educadores e selecionados pela comissão, buscará compreender o processo pedagógico de ensino-aprendizagens dos bebês e das crianças pequenas, para prestar contas aos gestores municipais.
- (D) através de sondagens previamente acordadas entre a gestão escolar e os educadores, avaliará o trabalho didático-pedagógico dos profissionais de ensino da unidade escolar, no intuito de compreender as conquistas e as lacunas do cotidiano.
- (E) por meio das anotações dos educadores que serão selecionadas pela coordenação pedagógica e pela comissão, aferirá o desenvolvimento dos processos pedagógicos, objetivando compreender o trabalho em seu sentido amplo e transversal a fim de produzir dados quantitativos que possibilitem a pontuação individual dos docentes.

43. O documento *Avaliação Institucional Participativa: uma alternativa para a Educação Básica de Qualidade da Rede Municipal de Ensino de Campinas e Fundação Municipal para Educação Comunitária* (2007) descreve um projeto de implantação de um sistema próprio de avaliação na Rede Municipal de Ensino de Campinas (RME) e na Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC), sendo uma iniciativa de construir um modelo de avaliação institucional, cujos princípios básicos são a qualidade negociada entre as escolas e o poder público e a participação solidária entre todos os segmentos envolvidos com a unidade escolar. De acordo com o referido documento, alguns requisitos para uma Avaliação Institucional Participativa são

- (A) aproximação; trajetória avaliativa; balanço de aprendizagens; socialização.
- (B) exploração; projeto avaliativo; amostra; difusão.
- (C) sensibilização; roteiro de autoavaliação; relatório; divulgação.
- (D) aquecimento; percurso formativo; síntese processual; publicização.
- (E) apresentação; esquema de avaliação; manifestação; comunicação.

44. O conceito de qualidade negociada é um princípio orientador da perspectiva avaliativa presente em documentos educacionais da Prefeitura de Campinas, tais como as Diretrizes Curriculares para a educação infantil (2013) e para os anos iniciais do ensino fundamental (2012).

Assinale a alternativa que contém uma asserção coerente com a definição de tal conceito.

- (A) A ideia de qualidade negociada, independentemente de ser considerada em conjunto com a noção de quantidade, tem como premissa fundamental a exigência de que o nível educacional não seja reduzido em decorrência da ampliação do acesso ao ensino, porque a qualidade é o primeiro passo a ser conquistado, antes mesmo de qualquer tentativa de universalização.
- (B) A noção de qualidade negociada tem sua origem nos Estados Unidos, em um contexto neoliberal, tendo como característica principal a flexibilização de oportunidades de acesso e permanência, pois sua real potência está na defesa e na primazia da liberdade individual do sujeito para fazer escolhas.
- (C) A qualidade de uma escola não depende exclusivamente das políticas de governo, ela depende, também numa inter-relação de forças e ações, da política de Estado e da política escolar, o que leva a deduzir que as equipes escolares precisam constituir-se como coletivos escolares que trabalhem para a qualidade do ensino que ministram aos seus alunos.
- (D) No que diz respeito à gestão educacional, torna-se necessária a compreensão das noções de qualidade e quantidade separadamente, pois o objeto central de qualquer prática educativa é o processo de aprendizagem do aluno e o compromisso do professor ao ensinar.
- (E) A qualidade negociada está associada a uma compreensão alargada das possibilidades individuais de cada um, sendo, portanto, importantes a defesa da diversidade de métodos e a multiplicidade de modalidades de ensino – por exemplo, as metodologias ativas e o *homeschooling* –, pois a educação faz parte de um setor econômico robusto, sendo um negócio rentável.

45. Leia o excerto a seguir, extraído da Resolução SME nº 14/2014 do Município de Campinas, a qual estabelece as diretrizes para a implementação da Avaliação Institucional da Educação Infantil e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Rede Municipal de Ensino, e assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente as lacunas.

A Avaliação Institucional Participativa das unidades de Educação Infantil ocorrerá:

- I. no âmbito interno da unidade educacional e denominar-se-á Avaliação Interna (_____);
- II. no âmbito externo à unidade educacional e denominar-se-á _____, ficando sob a responsabilidade do _____.

- (A) Autocrítica ... Avaliação Externa ... NAED (Núcleo de Ação Educativa Descentralizado)
- (B) Autocrítica ... Acompanhamento Externo ... NAED (Núcleo de Ação Educativa Direta)
- (C) Autoavaliação ... Avaliação Externa ... NAED (Núcleo de Ação Educativa Direta)
- (D) Autoavaliação ... Avaliação Externa ... NAED (Núcleo de Ação Educativa Descentralizado)
- (E) Autoavaliação ... Acompanhamento Externo ... NAED (Núcleo de Ação Educativa Descentralizado)

46. Leia o excerto a seguir:

“Segundo Amos Oz, romancista e professor israelense, o desinteresse de nossa juventude pelo passado deve ser entendido dentro de um processo mais amplo que ele chama de ‘infantilização da humanidade’ que tende a transformar cidadãos em consumidores. [...] Se ‘prazerosa’ significar a adesão à lei do mínimo esforço ou tentar uma concorrência com o prazer alienante proporcionado pelos atuais programas da TV comercial ou pelos equipamentos eletrônicos da forma como usam, a escola nunca poderá ser ‘prazerosa’ para os nossos alunos”.

(Caminhos percorridos: discussões realizadas no Grupo de formação de História da Rede Municipal de ensino de Campinas: 2011 e 2012; 2013, p. 45)

Com base no excerto e no documento do qual ele foi extraído, compreende-se que o uso de recursos lúdicos

- (A) é ilimitado e imprescindível no processo de ensino-aprendizagens das crianças, pois as coloca em movimento.
- (B) serve, na maioria das vezes, ao reforço do método tradicional, com a falsa aparência de apelo à atividade do aluno.
- (C) compõe um arsenal metodológico irrelevante, motivo pelo qual deveria ser suprimido do cotidiano escolar.
- (D) constitui-se como estratégia de ensino que deve ser mobilizada em determinadas épocas do período letivo, a fim de amainar os períodos mais intensos de trabalho pedagógico.
- (E) não funciona como ferramenta didático-pedagógica às crianças com dificuldades de aprendizagem e às pessoas com deficiência intelectual.

47. Há uma vasta produção teórica a respeito do currículo, assim como são diversas as definições sobre o que é ou deve ser o currículo escolar. As *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação* (2012) afirmam que, no centro do Projeto Político-Pedagógico, está o currículo da escola, o qual é definido no documento como

- (A) uma lista de conteúdos, métodos e estratégias de ensino, discutidos e acordados pelos diferentes atores e setores da comunidade escolar.
- (B) um caminho a ser seguido, isto é, uma espécie de norma que, ao passo que organiza o trabalho pedagógico, também o ordena e regula.
- (C) um conjunto de práticas culturais que reúne saberes e conhecimentos, além das relações interpessoais vivenciadas no ambiente educativo.
- (D) um documento acordado entre os pares de educadores, cujo compromisso é com o âmbito cognitivo do aluno, sem perder de vista as avaliações externas.
- (E) um projeto no qual estão arrolados os princípios e objetivos comuns entre os entes federativos, com o intuito de unificar a educação nacional.

48. Leia o excerto a seguir:

“Durante o curto passeio pelo largo do Carmo, rua 14 de dezembro, Barão de Jaguará e Cesar Bierrembach, pudemos nos dar conta de quanta história escondida e, também, de quanta história sugerida, pois, apesar da implacabilidade destruidora do tempo, quantos indícios ainda restam e que, no nosso andar apressado do dia a dia, não nos damos conta. Por isso, é preciso estudar, mais do que ver, perquirir, perguntar, estar atento. Em Souza e Joaquim Egídio, tomamos contato com um passado exuberante em termos econômicos e culturais. Um grande número de fazendas que ainda restam, mas que nem de longe repercutem o que foram quando a distância do centro de Campinas levava os moradores a construir uma vida social quase autóctone”.

(Caminhos percorridos: discussões realizadas no Grupo de formação de História da Rede Municipal de ensino de Campinas: 2011 e 2012; 2013, p. 45)

O “curto passeio” descrito no excerto é um exemplo de saída pedagógica, prática que, segundo o documento em pauta,

- (A) oportuniza a expansão do espaço escolar, transcendendo os limites da própria escola, mas não pode mais ocorrer atualmente por não contar com aprovação majoritária das famílias.
- (B) coloca os alunos em movimento, tornando-os sujeitos de seu próprio aprendizado, apesar de postergar as etapas do currículo a serem seguidas.
- (C) tornou-se um recurso didático obsoleto, sobretudo por onerar o trabalho da gestão escolar.
- (D) amplia horizontes de visão e fornece novos instrumentos de reflexão e contextualização do que os alunos estão habituados a vivenciar.
- (E) é basicamente um estudo de campo simplificado que, se houver planejamento adequado, poderia ser substituído por uma atividade semelhante dentro da escola.

49. As *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação* (2013) têm como um de seus princípios a necessidade de um planejamento intencional e de constantes processos avaliativos, por parte dos profissionais, em relação aos tempos específicos de bebês e crianças pequenas. Uma das possibilidades de efetivação de tais princípios, de acordo com o referido documento, é uma modalidade de trabalho em que a escolha do objeto de estudo parte da realidade em que o grupo de bebês e crianças pequenas está inserido, aquilo que irá despertar a curiosidade, a vontade de investigar, de conhecer mais profundamente, de olhar, de sentir, de experimentar o entorno. Tal recurso denomina-se

- (A) rotação por estações.
- (B) centros de interesse.
- (C) ilhas de aprendizagem.
- (D) trabalho com projetos.
- (E) temas geradores.

50. Segundo a Lei nº 6.662, de 10 de outubro de 1991, do Município de Campinas, as atribuições do Conselho de Escola definem-se em função das condições reais das escolas da rede do ensino municipal, da organização do próprio Conselho de Escola e das competências dos profissionais em exercício na Unidade Escolar. Com base na mencionada lei, assinale a alternativa que contém uma atribuição que é da competência dos Conselhos de Escola.

- (A) Pronunciar-se sobre critérios para celebração de convênios da Secretaria Municipal de Educação com outros organismos das esferas públicas ou privadas.
- (B) Deliberar sobre atividades extracurriculares e extra-classes que visem a um maior aprimoramento do educando.
- (C) Indicar seus representantes para a organização e a execução dos Congressos Municipais de Educação.
- (D) Participar da elaboração do Plano Municipal de Educação.
- (E) Pronunciar-se sobre as modificações a serem introduzidas no Plano Diretor do Município no que diz respeito à educação pública.

REDAÇÃO

Leia os textos.

TEXTO 01

Discussão antiga e polêmica, o ensino domiciliar (*homeschooling*) voltou à agenda do dia com o Projeto de Lei (PL) assinado pelo Presidente Bolsonaro na cerimônia dos 100 dias de governo e submetido à Câmara dos Deputados. Registrado sob o nº 2.401/2019, o PL de iniciativa do Poder Executivo dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar no âmbito da educação básica e altera dispositivos da LDB e do ECA para permiti-lo. Ele prevê que os pais ou responsáveis legais têm prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que será ministrada aos seus filhos e plena liberdade de opção entre a educação escolar e a domiciliar.

A opção pela Educação Domiciliar deverá ser efetuada, formalmente, por meio de uma plataforma virtual do Ministério da Educação (MEC), a ser criada no prazo de até 150 dias contados da data de publicação da lei. O processo de cadastramento, que deverá ser feito preferencialmente de dezembro a fevereiro, observará um regulamento específico.

(Alessandra Gotti. *Nova Escola*. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17020/educacao-domiciliar-os-pais-podem-optimar-por-substituir-a-escola-no-brasil>. Publicado em: 22.04.2019. Acesso em: 19.06.2019. Adaptado)

TEXTO 02

Os contrários à liberação do ensino domiciliar defendem que a convivência social com grupos variados e a interação com opiniões diferentes proporcionadas pelo ambiente escolar são de grande importância e não são necessariamente garantidas pelos responsáveis que optam pelo *homeschooling*. Competências como falar em público, trabalhar colaborativamente e ter empatia para lidar com pontos de vista conflitantes também seriam prejudicadas nessa modalidade. Alguns especialistas ainda apontam a importância da escola em identificar comportamentos de risco dentro dos ambientes familiares, como abuso sexual, violência doméstica e exploração. Há ainda uma crítica de que apenas as famílias com um poder aquisitivo mais alto poderiam optar pela educação domiciliar, já que ela pressupõe disponibilidade dos responsáveis para guiar os estudos em casa e domínio dos conteúdos a serem ministrados ou ainda condições financeiras para bancar professores particulares.

Como a prática é motivada por diferentes fatores, há diferentes argumentos entre os grupos favoráveis ao *homeschooling*. Alguns manifestam preocupação com assédio moral, *bullying* e insegurança nas escolas e colocam que o ambiente familiar proporcionaria maior segurança e menor sofrimento emocional ou mesmo físico. Há ainda os que buscam resguardar as crianças moralmente da escola por questões religiosas ou crenças pessoais. Outras famílias alegam insatisfação com o ambiente escolar e acreditam que em casa poderiam proporcionar melhores resultados acadêmicos por meio da maior flexibilidade do tempo, do planejamento de conteúdos e do acompanhamento individual, maior atenção aos problemas de aprendizagem e acompanhamento do desenvolvimento escolar mais próximo.

(Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-homeschooling-ou-educacao-domiciliar.shtml>. Publicado em: 14.02.2019. Acesso em: 19.06.2019. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

A SUBSTITUIÇÃO DO ENSINO ESCOLAR PELA EDUCAÇÃO DOMICILIAR TRAZ MAIS BENEFÍCIOS PARA AS CRIANÇAS?

REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

